

## **Reunião conjunta Comitê Executivo e Comissão Técnica**

### **PDUI – SP**

**Data: 21 de Agosto de 2018**

Ver lista de presença

#### **Pauta:**

- 1. Abertura**
- 2. Processo de elaboração do Caderno de Propostas**
- 3. Validação do Caderno de Propostas pelo Comitê Executivo**
- 4. Informes Gerais e Encaminhamentos**

Claudia Helena Leite, Coordenadora do PDUI – RMSP, da Emplasa, dá início à sessão, cumprimentando os presentes e explicando os objetivos desta reunião conjunta. Será mostrado o processo participativo que norteou a feitura do Caderno de Propostas. Convida para exposição sobre os números do PDUI, Cristina Cerciari, da Emplasa. Ela apresenta as estatísticas de contribuições recebidas, analisadas e sistematizadas. Fala da distribuição percentual das propostas em relação a cada um dos temas. Ordenamento Territorial foi o tema que mais recebeu contribuições. Foi feita uma ficha de sistematização para as contribuições.

Cristina lembra que esses números já foram apresentados oportunamente e que nesta ocasião retoma-o apenas como um resgate de memória. Esclareceu sobre os critérios utilizados para as estatísticas. Houve muitas propostas que foram desmembradas e necessitavam de análises diversas. Lembrou sobre o critério utilizado: “fora de escopo”, “não contemplada”, “nova proposta”, “repetida”, etc. Apresentou os números finais.

Cláudia relembrou o processo de aprovação do Caderno de Propostas nas diversas reuniões da Comissão Técnica (CT), mostrando inclusive, as respectivas datas. A última reunião conjunta foi no dia 18 de Junho e a partir daí, houve uma sequencia de reuniões da CT. No dia 7 de agosto p.p. houve uma devolutiva dos ajustes e compartilhamento da revisão final do texto.

Claudia ainda deu um informe geral sobre o macrozoneamento - ordenamento territorial - Mostrou o mapa de resultados e o resumo das propostas estruturadas para cada um dos 6 temas do PDUI.

Dando sequência à pauta, item 2, Claudia pede a José Renato Melhem, da Emplasa, que inicie a apresentação sobre o Sistema de Centralidades.

José Renato disse que o trabalho foi elaborado em duas etapas: Na etapa 1 o GT definiu o conceito de centralidades. Foram identificadas 21 áreas que preenchem os critérios. Observou-se, no entanto, que elas não têm a mesma escala de abrangência. Daí se definiu centralidades metropolitanas e regionais. Há ainda centralidades sub-regionais e municipais, centro histórico de cada cidade, por exemplo. Mostrou o mapa que reúne as centralidades. O panorama da RMSP é a concentração e equilíbrio.

Terminada a etapa 1, iniciou-se a etapa 2: proposta de intervenção no território – cidade policêntrica e centralidades a potencializar. Foi utilizada a Teoria do Lugar Central, elaborada na década de 40. Foram incluídos novos levantamentos e chegou-se ao mapa final onde se identificou mais 4 áreas a serem potencializadas. A partir dessa elaboração foi feita interface com o Grupo de Áreas Verdes e Áreas Protegidas, além de algumas reuniões com cada uma das sub-regiões da RMSP. Essas “centralidades” foram ligadas à rede de transportes, buscando-se uma estrutura policêntrica. Posteriormente, foram cotejadas com o macrozoneamento.

Na sequência, o grupo de Gestão de Riscos apresentou os trabalhos e foi representado por Kátia Canil, em nome da Câmara Temática de Gestão de Riscos. Kátia resumiu a metodologia usada para se trabalhar com todas as propostas recebidas. Todos os processos foram registrados na plataforma do PDUI. A Lei de Proteção e Defesa Civil foi o pano de fundo para as proposições e análises. Trabalhou-se com Riscos Ambientais Urbanos (Geológicos, Hidrológicos, Climatológicos e Tecnológicos).

A incumbência foi a leitura das propostas recebidas e os mapeamentos existentes já disponíveis. As propostas foram sistematizadas e se transformaram em duas Propostas Estruturadas: (PE-017) e (PE-018). Esta segunda PE trata da elaboração do Plano Metropolitano de Gestão de Riscos Ambientais que está estruturado em 4 Programas. O conhecimento é o primeiro programa de atuação. O segundo, prevenção e mitigação de riscos. O programa 3 seria o atendimento a emergências e manejo de desastres. São linhas conjuntas. O P4 é a comunicação e educação de riscos na RMSP. Por fim, esse material foi detalhado e na sequência, reunido. O trabalho foi finalizado e o material e já faz parte do SIM. Kátia mostrou um mapa de suscetibilidades e movimentos gravitacionais produzido pelo IPT. Já está no SIM para visualização. Outro mapa é o das Cartas Geotécnicas, produzido pelo Consórcio do ABC. O terceiro mapa é do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê (PDMAT 3), feito pelo DAEE. O quarto é feito pelo IG, com indicadores de vulnerabilidades. Há um mapa de riscos de inundação e escorregamento. São os produtos disponíveis pelas diversas instituições e em diversas escalas. Há que se

tomar cuidado com sua utilização. Por fim, há um mapa de cadastro de eventos geodinâmicos e outro de setorização de riscos. As perspectivas são o prosseguimento dos trabalhos após a aprovação do PDUI e colaboração no projeto de Lei.

Claudia chamou a atenção, para quem trabalha há anos no planejamento, que diferentemente de outros Planos, este é um plano que cria instrumentos para o sistema de planejamento e gestão metropolitano, marcando o início de um processo permanente. Neste sentido, é um Plano "vivo", em permanente construção.

Roberto Rusche, da Emplasa, dando início à apresentação do Grupo que trabalhou no Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas diz que, na apresentação, vai se ater ao processo de participação. Em novembro de 2017, se iniciou com um primeiro grupo de participantes. No segundo momento, outras pessoas se juntaram e se chegou a 26 membros. Esse tema (Áreas Verdes e Áreas Protegidas) recebeu 56 contribuições que foram discutidas nos GTs. Roberto falou sobre o conteúdo das propostas de forma bem sucinta. Quanto ao Ordenamento Territorial e as ações para ação metropolitana foi o de organizar e articular políticas públicas e criar uma rede regional. O primeiro produto foi a redação de um documento conjunto para contextualizar o tema e falar sobre como seria a gestão, nivelando o conhecimento dos participantes. Foram feitas análises das propostas e a partir delas, se definiu Propostas Estruturadas. Tendo como objetivos principais os elementos estruturais do SAVAP na RMSP, definiu-se “Preservar”, “Conservar”, “Recuperar” e “Conectar” como os balizadores dos estudos.

É necessário identificar os serviços ambientais, formar um Banco de Dados relativos a áreas de interesse ambiental, conectividade das áreas verdes e protegidas, etc. Outra atividade foi a espacialização de subsídios para a estruturação do SAVAP na RMSP. Como a metrópole aparece a partir de determinado olhar: categorias de uso e ocupação do solo e áreas com incidência de legislação. Roberto apresentou um mapa dos serviços ecossistêmicos da metrópole. Foi feito um segundo exercício onde se pode observar uma grande parte do território sem salvaguarda de um sistema de áreas protegidas. Por fim, o grupo organizou duas oficinas de trabalho com o objetivo de trazerem a estrutura preliminar. As oficinas contaram com um fórum bem maior do que os participantes do grupo, agregando-se especialistas que pudessem aportar uma visão mais assertiva. Três especialistas colaboraram: Sueli Angelo Furlan (Depto. Geografia/ FFLCH-USP); Marco Nalon (Instituto Florestal); Rodrigo Victor (Fundação Florestal). Foram mais de 100 participantes nesse encontro. Quais elementos dentro da biosfera do cinturão verde possibilitavam a identificação das duas estruturas? Outros planos já existentes foram considerados. Sobre as oficinas, Roberto observou que foram reuniões de trabalho, onde se pode rabiscar sobre os mapas. Apresentou um mapa mais refinado, segundo ele, do que os anteriores. Disse que está em desenvolvimento a criação de uma camada

SIMIEMPLASA e espera-se que ao longo do processo o SIM incorpore as informações produzidas. As perspectivas e desafios são a sugestão do Projeto de Lei, formação do Banco de Dados no SIM para torná-lo uma referência. Há que se pensar no prosseguimento dos trabalhos a partir da promulgação da Lei do PDUI, articulação das estratégias e a estruturação do SAVAP.

Fernanda Costa, da Emplasa, por último, representando o Grupo de “Enfrentamento da Precariedade” fez uma exposição esclarecendo que seria bem sucinta, pois trataria apenas do processo de trabalho, já que as exposições de conteúdo foram feitas pela representante da CDHU/Secretaria de Habitação, na reunião conjunta de 18 de Julho p.p. Esclareceu que na primeira fase do trabalho o Grupo se debruçou sobre as contribuições recebidas na primeira fase do processo do PDUI, ou seja, aquelas contribuições constantes do Caderno Preliminar de Propostas. Nesse processo de releitura, se deu nova redação às Propostas Estruturadas constantes daquele Caderno para melhor adequação. Na segunda fase, já com as contribuições recebidas depois das Audiências Públicas, decidiu-se uma nova redação que simplificasse e incorporasse todas as contribuições de forma sistematizada, o que deu origem à PE-016. Nesse ínterim, a composição do Grupo de Trabalho se alterou bastante. Menos representantes dos Municípios, algumas pessoas representantes da sociedade civil e, principalmente, representantes da Secretaria de Habitação/CDHU. Estes movimentos fizeram com que o grupo decidisse que todos os assuntos fossem levados à Câmara Temática de Habitação com representatividade ampliada e no âmbito do Conselho de Desenvolvimento da RMSP. A proposta foi discutida e aprovada por unanimidade naquele foro. Ainda, em complementação, Fernanda esclareceu que o trabalho de identificação da precariedade, primeiro item detalhado da PE-016, já se iniciou. Os municípios estão sendo treinados para a utilização do SIM de sorte a registrarem todos os assentamentos precários, núcleos não regularizados e conjuntos habitacionais, qualificando-os para posterior decisão sobre critérios de priorização para intervenção. Observou que a experiência já foi feita na Baixada Santista, com sucesso e muita aceitação por parte dos municípios. Finalizou dizendo que essa foi a forma encontrada para atender ao “ordenamento territorial/ Macrozoneamento”, ou seja, o enfrentamento à precariedade como ação estratégica.

Próximos passos:

Mapa final de macrozoneamento: definição de áreas em branco com apoio técnico da Emplasa e consultas aos GTs das Estratégias do Ordenamento Territorial e demais interessados.

Minuta do Projeto de Lei: proposto cronograma para a elaboração da minuta do projeto de lei. Uma vez aprovado o Caderno, até o fim da próxima semana será enviado

aos inscritos no GT Minuta do PL a "minuta da minuta". Já existem pessoas inscritas neste GT, mas ainda há espaço caso alguém mais queira se inscrever.

CRONOGRAMA - ELABORAÇÃO DA MINUTA DO PROJETO DE LEI												
	AGOSTO (p/semana)				SETEMBRO (p/semana)				OUTUBRO			
	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª
Validação do Caderno de Propostas no âmbito do Comitê Executivo			▲									
Secretaria Executiva envia a 1ª versão da Minuta para o GT-PL				▲								
1ª reunião do GT-PL					▲							
2ª reunião do GT-PL						▲						
Reunião CT e CE para aprovação da versão preliminar da Minuta do PL para publicação na Plataforma							▲					
Publicação na Plataforma da Minuta do PL (2 semanas)												
3ª reunião do GT-PL										▲		
Aprovação da Minuta do PL e do Caderno de Sustentação pela Comissão Técnica											▲	
Aprovação da Minuta do PL e do Caderno de Sustentação pelo Comitê Executivo												▲

Bonfilio, representante do Cimbaju, pede a palavra para dizer que as leituras são difíceis, pois o tempo é bem escasso e ele acha que se perdeu alguma coisa nesse processo de “corta e cola”. Referiu-se, mais especificamente, ao papel executivo dos Consórcios. Cláudia mostrou o texto a que Bonfilio se referia, na parte de “Princípios”. Bonfilio diz que este papel não está descrito perfeitamente e desejaria que fosse cravado no texto da Lei. Os municípios devem contribuir de forma compartilhada com o Governo do Estado. No projeto de Lei isto deve ficar bem expresso. Houve concordância quanto à sugestão.

Claudia encaminha então a votação da aprovação do Caderno de Propostas. Pergunta se alguém se opõe à aprovação e ninguém se manifesta. Em seguida pergunta se alguém se abstém e novamente ninguém se manifesta. Assim sendo, declara que todos concordam com a aprovação do Caderno de Propostas e os participantes se manifestam com palmas.

O Caderno de Propostas foi, portanto, aprovado por unanimidade e aclamação.